

PORTARIA № 279, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5° do Decreto n° 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2° da Portaria MME n° 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo n° 48000.00099/2015-61, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Itarema IX, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.CE.031.814-0.01, de titularidade da empresa Eólica Itarema IX S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.533.377/0001-13, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Eólica Itarema IX S.A. deverá:

- I manter atualizada junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram, atualizar o Organograma do Grupo Econômico da empresa titular do projeto no sistema disponibilizado na página da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 378, de 10 de novembro de 2009;
- II destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e
- III manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.
- Art. 3º A ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Eólica Itarema IX S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, entre as quais:
- I atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou
 - II extinção da outorga de geração.
- Art. 4º A Eólica Itarema IX S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da Operação Comercial da EOL Itarema IX, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.
- Art. 5° Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2° da Lei n° 12.431, de 2011.

Art. 6° A Eólica Itarema IX S.A. e a sociedade controladora deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei n° 12.431, de 2011, no Decreto n° 7.603, de 2011, na Portaria MME n° 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2° , § 5° , da Lei n° 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.6.2015.

ANEXO

Nome do Projeto	EOL Itarema IX.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 03/2014-ANEEL, realizado em 6 de junho	
	de 2014.	-
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 625, de 24 de novembro de 2014.	
Titular	Eólica Itarema IX S.A.	
CNPJ/MF	20.533.377/0001-13.	
Pessoa Jurídica Integrante	Razão Social:	CNPJ/MF:
da SPE	Itarema Geração de Energia S.A.	13.234.214/0001-74.
Localização	Município de Itarema, Estado do Ceará.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 30.000 kW,	
	composta por dez Unidades Gera	adoras e Sistema de
	Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de	
	9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.000099/2015-61.	